

SUMÁRIO

Apresentação	13
PARTE I	
REFORMA TRABALHISTA, PROCESSO LEGISLATIVO E DIREITO INTERTEMPORAL	
A reforma trabalhista: tramitação, “vacatio legis” e direito intertemporal	17
<i>Fabiano Coelho de Souza</i>	
PARTE II	
REFORMA TRABALHISTA E CONSTITUIÇÃO	
Controvérsias sobre a constitucionalidade da reforma trabalhista.....	29
<i>Carlos Roberto Barbosa</i>	
PARTE III	
REFORMA TRABALHISTA E TERCEIRIZAÇÃO	
A amplitude da terceirização instituída pela reforma trabalhista e seu impacto no mundo do trabalho.....	53
<i>José Affonso Dallegrave Neto</i>	
PARTE IV	
REFORMA TRABALHISTA E DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	
A formação de grupo econômico no direito do trabalho à luz da reforma trabalhista (art. 2º, §§ 2º e 3º da CLT) ..	67
<i>Leonardo Tibo Barbosa Lima</i>	
O empregado e o tempo à disposição do empregador nas dependências da empresa: visão crítica às alterações propostas pela reforma	74
<i>Marcelo Furtado Vidal</i>	
Reforma trabalhista – primeiros estudos sobre a intervenção na jurisdição trabalhista – arts. 8º e 702 da CLT	86
<i>Elaine Nassif</i>	
A situação do sócio retirante em face do art. 10-A da CLT e seu parágrafo único introduzidos pela reforma trabalhista.....	95
<i>Emília Facchini</i>	
A prescrição trabalhista. O que muda com as novas disposições da reforma (art. 11 e §§ e art. 11-A e §§ da CLT). Impacto no ajuizamento de ações e na efetividade das decisões trabalhistas	105
<i>César P. S. Machado Jr.</i>	
As horas <i>in itinere</i> e a reforma trabalhista	112
<i>João de Lima Teixeira Filho</i>	
A nova regulamentação do trabalho em regime de tempo parcial	121
<i>Luiz Otávio Linhares Renault</i> <i>Raquel Betty de Castro Pimenta</i>	
Análise do tratamento dado pela reforma trabalhista à duração da jornada de trabalho e ao intervalo intrajornada	128
<i>Jessé Claudio Franco de Alencar</i>	
A prestação de serviços em regime de teletrabalho à luz da regulamentação instituída pela reforma trabalhista	137
<i>Lucilde D’Ajuda Lyra de Almeida</i>	
O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017, modificada pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017.....	146
<i>Sebastião Geraldo de Oliveira</i>	

O trabalho da gestante em atividades insalubres e as inovações introduzidas pela reforma trabalhista..... <i>Bento Herculano Duarte Neto</i>	162
Relação de emprego “versus” trabalho autônomo: fim do princípio da primazia da realidade? <i>Adriana L. S. Lamounier Rodrigues</i> <i>José Caldeira Brant Neto</i>	167
A regulamentação do trabalho intermitente: impactos para o trabalhador e para o mercado de trabalho <i>Maria Cecília Alves Pinto</i>	174
As consequências da livre estipulação no contrato de trabalho: uma análise do parágrafo único do art. 444 da CLT introduzido pela Lei n. 13.467/2017..... <i>Márcio Flávio Salem Vidigal</i>	187
Quando a nostalgia salva: novos contornos da responsabilidade trabalhista do sucedido <i>Antonio Umberto de Souza Júnior</i> <i>Ney Maranhão</i>	198
Padrão de vestimenta no meio ambiente laboral e inserção de propagandas no uniforme: uso da imagem do trabalhador <i>Maristela Íris da Silva Malheiros</i>	205
O prêmio: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa..... <i>Mônica Sette Lopes</i>	213
O instituto da gorjeta na CLT <i>Neiva Schuvartz</i> <i>Luiz Antônio da Silva Bittencourt</i>	219
A equiparação salarial em xequê: a reforma trabalhista dificulta. O que dizer dos enfoques constitucional e internacional?..... <i>Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt</i>	223
A intertemporalidade e a incorporação da gratificação de função <i>Mônica Sette Lopes</i>	236
Modificações relativas à extinção do contrato de trabalho instituídas pela Lei n. 13.467/2017: dispensa individual e coletiva, distrato e direitos rescisórios..... <i>Antônio Gomes de Vasconcelos</i>	244
Plano de demissão voluntária ou incentivada..... <i>Taisa Maria Macena de Lima</i>	261
Quitação anual de obrigações trabalhistas <i>Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho</i>	264
Representação dos empregados nas empresas à luz dos arts. 510-A a 510-E introduzidos na CLT pela Lei n. 13.467/2017 e pela MP n. 808/2017: uma leitura possível a partir das normas internacionais do trabalho <i>Tarcisio Corrêa de Brito</i>	272
As obrigações previdenciárias na reforma trabalhista <i>Geraldo Magela Melo</i>	289

PARTE V
REFORMA TRABALHISTA E DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Fim da contribuição sindical obrigatória. Consequências para as entidades sindicais e categorias representadas..... <i>Sércio da Silva Peçanha</i>	297
A prevalência do negociado sobre o legislado e seu impacto nas relações de trabalho. A mitigação da intervenção do judiciário trabalhista <i>Vólia Bomfim Cassar</i>	305
A prevalência dos acordos coletivos sobre as convenções coletivas: uma problematização necessária <i>Ana Paula Repolês Torres</i> <i>Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim</i>	313

PARTE VI
REFORMA TRABALHISTA E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Justiça gratuita, honorários periciais e honorários advocatícios na Lei n. 13.467/2017: possíveis soluções em caso de improcedência do pedido formulado na ADI 5766	325
<i>Isabela Márcia de Alcântara Fabiano</i> <i>Sara Costa Benevides</i>	
A responsabilidade pela reparação de danos processuais na reforma trabalhista.....	341
<i>Cleber Lúcio de Almeida</i>	
O novo procedimento da exceção de incompetência territorial no processo do trabalho	346
<i>Carolina Silva Silvino Assunção</i>	
A distribuição do ônus da prova no processo do trabalho à luz da reforma trabalhista e sua semelhança com o tratamento adotado pelo CPC/2015.....	353
<i>Vitor Nogueira de Oliveira</i>	
Petição inicial trabalhista e a formação do processo	366
<i>Vitor Salino de Moura Eça</i>	
Da representação das partes em audiência — ausência de qualquer dos litigantes e seus efeitos à luz das alterações realizadas pela reforma trabalhista de 2017	372
<i>Denise Alves Horta</i>	
A regulamentação da desconsideração da personalidade jurídica na CLT.....	384
<i>Luiz Ronan Neves Koury</i>	
Homologação de acordo extrajudicial pela justiça do trabalho em matéria de sua competência. Processo de jurisdição voluntária	390
<i>Ricardo Wagner Rodrigues de Carvalho</i>	
A execução de ofício e a Lei n. 13.467/2017: reflexos na efetividade do direito do trabalho	397
<i>Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida</i>	
A correção monetária do débito trabalhista após a reforma.....	405
<i>Maria Cristina Diniz Caixeta</i>	
A prescrição intercorrente na execução trabalhista depois da reforma trabalhista introduzida pela Lei n. 13.467/2017	411
<i>Ben-Hur Silveira Claus</i>	
O recurso de revista no processo do trabalho à luz das alterações introduzidas pela reforma trabalhista	430
<i>Murilo Rodrigues Coutinho</i>	
O novo regramento dado ao depósito recursal pela Lei n. 13.467/2017 e sua repercussão na efetividade das decisões trabalhistas	446
<i>José Murilo de Moraes</i>	